

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.795.115 - SC (2018/0148443-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE** : AÇUPESCA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA  
**ADVOGADOS** : ARISTO MANOEL PEREIRA - SC002993  
MARÇAL GERALDO GARAY BRESCIANI - RS041610  
JULIANO CARDOSO SCHAEFER MARTINS - SC016790  
NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS E OUTRO(S) - SC003016  
**EMBARGADO** : COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS MINAS GERAIS  
**ADVOGADOS** : ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS - DF006811  
JORGE VACITE NETO - RJ063592  
**ADVOGADOS** : JOANA D'ARC AMARAL BORTONE - DF032535  
CARLOS FERNANDO DO VALLE LIMA FILHO - RJ145620

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de divergência opostos a acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 660/661):

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSENTE. SÚMULA 284/STF. CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS. AUSÊNCIA DE EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO. NULIDADE DA EXECUÇÃO. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ AFASTADA.

1. Embargos à execução, opostos em virtude de anterior ação de execução de título executivo extrajudicial – fundada em instrumento particular de cessão de crédito decorrente de sentença trabalhista transitada em julgado – ajuizada em desfavor da embargante.
2. Ação ajuizada em 07/12/2011. Recurso especial concluso ao gabinete em 27/06/2018. Julgamento: CPC/2015.
3. O propósito recursal é definir i) se o contrato de cessão de créditos trabalhistas reveste-se das formalidades legais exigidas para a formação de título executivo extrajudicial; ii) se a cessão de créditos trabalhistas opera efeitos em face da recorrente; iii) se houve, na hipótese, cerceamento de defesa; iv) se está configurada a fraude à execução; v) se deve ser afastada a aplicação da multa por litigância de má-fé; e, por fim, vi) se deve ser reduzido o valor arbitrado a título de honorários advocatícios.
4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pela

# *Superior Tribunal de Justiça*

recorrente em suas razões recursais, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

5. O recurso especial não pode ser conhecido quando a indicação expressa do dispositivo legal violado está ausente.

6. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.

7. Na hipótese dos autos, ressoam nítidas a certeza e a liquidez da obrigação contida no “Contrato de Cessão de Crédito e Outras Avenças”. Contudo, dessume-se ausente o indispensável requisito da exigibilidade.

8. O contrato de cessão de créditos trabalhistas ilustra apenas uma possibilidade – e, portanto, evento futuro e incerto – de a recorrida arrematar determinados imóveis na hipótese de os mesmos serem levados à hasta pública nos autos da execução oriunda da reclamação trabalhista. Falta, então, ao instrumento particular firmado entre as partes, a exigibilidade requerida para a formação do título executivo extrajudicial e, via de consequência, para embasar a ação de execução ajuizada pela recorrida.

9. A mera interposição do recurso cabível, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem a alegação de qualquer fundamento novo, apto a rebater a decisão recorrida, mas sem evidente intuito protelatório, não traduz má-fé nem justifica a aplicação de multa.

10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

A empresa recorrente se volta contra o referido acórdão afirmando que, para o julgamento do recurso, teria sido necessário examinar o conjunto probatório dos autos e, ao assim proceder, decidiu-se de forma diversa do que já decidira a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Afirma que nos casos cotejados existiria identidade entre as premissas, uma vez que as teses dos acórdãos paradigmáticos partiriam de semelhantes circunstâncias fáticas e jurídicas, de modo que não se trataria de divergência com as Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Invoca os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

# *Superior Tribunal de Justiça*

EMBARGOS DE DEVEDOR. DUPLICATAS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1º E 20 DA LEI Nº 5.474/68 E DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

[...] 2. A Corte local, com base nos elementos fático-probatórios e na interpretação do contrato firmado entre as partes, afastou a alegação de nulidade, bem como afastou a existência de qualquer irregularidade na duplicata, concluindo restar demonstrados os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade dos títulos, de modo que, para rever esse entendimento exposto pelo Tribunal local e acolher a pretensão recursal seria imprescindível o reexame de provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é defeso nesta instância especial (Súmulas n. 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 934.108/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/09/2016, DJe de 07/10/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. ILEGITIMIDADE DA COBRANÇA ADVINDA DE CESSÃO DE CRÉDITO. TRIBUNAL A QUO DECIDIU QUE NÃO CONSTAM DOS AUTOS PROVAS SUFICIENTES DO DIREITO ALEGADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REEXAME DE CONTRATO.APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Rever a convicção formada pelo Tribunal de origem, acerca da prova de constituição do alegado direito de cobrança advindo de contrato de cessão, importaria, necessariamente, o reexame do acervo fático-probatório carreado aos autos, além da revisão de cláusulas contratuais, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.715.102/RO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)

*Postula "seja dado provimento aos presentes Embargos de Divergência para que se defina que a discussão a respeito da presença dos requisitos do título*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*executivo não era admissível por demandar análise das cláusulas contratuais bem como do acervo fático-probatório, conforme entendimento consolidado pela QUARTA TURMA do STJ" (e-STJ fl. 742).*

Relatados, passo a decidir.

Com efeito, verifica-se que a parte recorrente pretende a apreciação de embargos de divergência apontando paradigmas que aplicaram o verbete nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Tal pretensão não abre ensejo à via processual pretendida, a teor dos seguintes precedentes desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. CPC/2015, ART. 1043.

**1. Hipótese em que o acórdão paradigma não ingressou ao mérito do Recurso Especial, aplicando o verbete sumular n. 7/STJ.**

2. O art. 1043 do CPC/2015, em seus incisos, estabelece os casos restritos de cabimento dos Embargos de Divergência: aqueles em que a controvérsia veiculada no Especial tenha sido decidida de forma divergente por órgãos fracionários do tribunal.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDv nos EAREsp 279.208/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 27/08/2019, DJe 02/09/2019)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. EXECUÇÃO. ACÓRDÃO PARADIGMA QUE NÃO GUARDA SIMILITUDE FÁTICA OU JURÍDICA COM O JULGADO IMPUGNADO. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE FEZ INCIDIR O ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. ELEMENTOS CONCRETOS QUE AFASTARAM A INÉRCIA DOS EXECUTADOS, POR PARTE DO TRIBUNAL DE ORIGEM. CONTEXTO FÁTICO QUE SE DIFERENCIA DO ARESTO APONTADO COMO PARADIGMA. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO UNIFICADOR. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DESPROVIDO.

# Superior Tribunal de Justiça

1. Dessume-se dos autos que o acórdão embargado negou seguimento ao Recurso Especial interposto com o fundamento de que o aresto impugnado fixou a premissa de que a sentença não gozava de liquidez.

Assim, a revisão desse entendimento demanda incursão no contexto fático-probatório, o que é inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. Consoante o entendimento firmado nesta Corte Superior, não é servil à demonstração da divergência que enseja a interposição do Recurso Unificador a **indicação de paradigma** ou nas hipóteses em que o acórdão embargado tenha sido julgado pela Súmula 7/STJ (EResp. 1.381.152/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 22.8.2018).

Precedentes: AgRg nos EAREsp. 523.431/PR, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, DJe 19.6.2018; EREsp. 1.522.127/PE, Rel. p/ Acórdão Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 27.5.2016.

3. Agravo Interno do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL desprovido.

(AgInt nos EREsp 1432666/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 10/09/2019, DJe 17/09/2019)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. DISSENSO NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. REGRA TÉCNICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 315/STJ. REGIME INICIAL MAIS GRAVOSO. FUNDAMENTO CONCRETO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 168/STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Para que se configure o dissídio jurisprudencial é indispensável que os julgados confrontados revelem soluções distintas extraídas das mesmas premissas fáticas e jurídicas (AgRg nos EREsp 1.202.436/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, DJe 10/02/2012).

2. Nos termos da Súmula 315/STJ, são manifestamente incabíveis os embargos de divergência que visam rever regra técnica de admissibilidade do recurso especial.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, havendo fundamento concreto, é possível a fixação do regime fechado ao réu primário, a despeito da pena final ser

# *Superior Tribunal de Justiça*

superior a 4 anos e inferior a 8, nos termos do art. 33, § 3º, do CP.

4. Incidência da Súmula 168/STJ, segundo a qual Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EAREsp 1062456/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/10/2018, DJe 30/10/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE. DISCUSSÃO. INADMISSIBILIDADE.

1. Para que os embargos de divergência fundados no art. 1.043, III, do CPC/2015 sejam conhecidos, é necessário que o acórdão embargado e o aresto paradigma tenham apreciado a controvérsia trazida no recurso especial.

2. A Lei nº 13.256/2016 revogou o disposto no art. 1.043, inc. II, do CPC/2015, que previa a possibilidade de interposição de embargos de divergência em se tratando de acórdãos relativos a juízo de admissibilidade.

3. O Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de serem incabíveis embargos de divergência com o intuito de reapreciar a efetiva ocorrência dos óbices de admissibilidade do recurso especial.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EREsp 1483855/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018)

Em face do exposto, indefiro o processamento dos embargos de divergência.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora